

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LEILANE LATORRE MATSUSHITA

**Perspectivas do “caso Beth”: do estudo sobre famílias a um
estudo de caso**

São Carlos

2012

LEILANE LATORRE MATSUSHITA

**Perspectivas do “caso Beth”: do estudo sobre famílias a um
estudo de caso**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Ciências Sociais da Universidade
Federal de São Carlos como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Sociais, com ênfase em
Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran

São Carlos

2012

LEILANE LATORRE MATSUSHITA

**Perspectivas do “caso Beth”: do estudo sobre famílias a um
estudo de caso**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Ciências Sociais da Universidade
Federal de São Carlos como requisito
parcial à obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Sociais, com ênfase em
Antropologia. Banca examinadora:

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran – Orientador

Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dra. Ana Paula Galdeano Cruz – Convidada

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP

Centro de Estudos da Metrópole – CEM

São Carlos

/08/2012

À minha *batian*: meu exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao orientador desta monografia, Gabriel Feltran, não apenas por ter me orientado, mas por todo apoio, incentivo e inspiração que seu “proceder” como professor, pesquisador e pessoa proporcionam aos seus alunos e colegas. Agradeço, também, a Ana Paula Galdeano por ter aceitado participar da banca examinadora desse trabalho.

Não posso deixar de dizer que, sem a generosidade de Claudiane, Alexssandra, Seo Bil, Divá, Carlinhos, Annelisy e todos seus familiares, além dessa monografia não existir, eu não teria a oportunidade de vivenciar a experiência inigualável de ter morado com pessoas tão especiais. Para além do trabalho de campo, vivi uma lição de generosidade, companheirismo, respeito, luta, honestidade e outras tantas qualidades que não conseguirei expô-las na íntegra aqui. Muito obrigada por tudo!

Agradeço aos meus pais e familiares por sempre me apoiarem e me incentivarem nessa caminhada. Pelo carinho, compreensão e amor que sempre senti em nossa convivência. E a minha *batian* que sempre foi meu exemplo de vida, de sabedoria e força!

Às minhas amigas de infância, adolescência e futura velhice: Lívia, Marcela, Lara, Flávia, Anita, Mariana. Obrigada por me ensinarem o significado que vai além da palavra amizade.

Aos meus colegas do curso de Ciências Sociais e, principalmente, àqueles que permaneceram mais próximos de mim: Patrícia, Henrique, Caracho, Laís, Juliana, Marina, Nayara. Guardarei boas lembranças de nossa turma.

E nesses quase 5 anos de vivência em São Carlos, não poderia deixar de agradecer o convívio cotidiano de Gabriela e Isabella. Obrigada por dividirem suas vidas comigo! Com certeza, minha vida sancarlense não seria tão alegre sem a presença de vocês.

Ao grupo de estudo NaMargem, orientada pelo professor Gabriel Feltran e composto por Mariana, Domila, Aline, Débora, Evelyn, Henrique, Daniel,

Liniker, Luiz Fernando, Luciano, Marcos Vinicius, Douglas, Filipe e Giordano. Obrigada pelas experiências compartilhadas, pelo companheirismo. Sempre foi muito bom estar perto de vocês.

Finalmente, queria agradecer ao Adalton pelo carinho e companheirismo cotidiano, pelas risadas, plantas, conversas e vida compartilhada. Pela alegria de te ter ao meu lado, obrigada por tudo!

*O correr da vida embrulha tudo.
A vida é assim: esquentada e esfria,
aperta e daí afrouxa,
sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.*

João Guimarães Rosa

RESUMO

Esta monografia mobiliza dados obtidos em uma pesquisa de iniciação científica realizada durante o ano de 2010 nos bairros Cidade-Aracy I, Cidade Aracy II, Antenor Garcia e Presidente Collor, localizados na periferia da cidade de São Carlos-SP. Neste primeiro momento, procurei analisar diferentes perfis e dinâmicas familiares presentes nesses bairros. Já nesta monografia, investi em uma mudança metodológica referente à pesquisa de campo e, conseqüentemente, ao foco da análise. Este trabalho apresenta um movimento analítico que transita de um estudo sobre famílias a um estudo de um caso. A pesquisa de campo realizada em 2012, permitiu o acesso a uma série de discursos diferentes acerca de uma de minhas interlocutoras, Beth. A partir dessa disputa pela verdade, Beth tornou-se “um caso”. Por fim, sob uma chave interpretativa foucautiana, trago à tona algumas problematizações sobre “doença mental” e os polos que sustentam esse embate: a “loucura” e a “lucidez”.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia urbana; margens da cidade; periferia; trajetórias; assistência social; pontos de vistas; loucura.

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1. Contexto e cenários	14
Capítulo 2. Contraste metodológico	18
2.1. “Família em perspectiva: interface entre o Estado e as dinâmicas familiares de São Carlos”	18
2.2. Monografia: mudança metodológica, mudança de casa.....	21
2.3. Do estudo sobre famílias a um estudo de caso.....	24
Capítulo 3. Beth e suas perspectivas	28
3.1. A mãe	31
3.2. A manicure.....	33
3.3. À procura de uma madrinha	34
3.4. Remédios, convulsões e o “bicho de porco no cérebro”	35
3.5. Vizinhaça: amizades, fofocas e rivalidades	36
3.6. A esposa desconfiada.....	37
Capítulo 4. As perspectivas e “suas Beths”	38
4.1. CRAS Cidade-Aracy	39
4.2. CAPS	41
4.3. Unidade de Saúde Familiar	43
4.4. Prontuário	45
4.5. Creche	46
4.6. “Irmã” Maria.....	47
Capítulo 5. Loucura ou lucidez?	49
Considerações finais	54
Bibliografia	56

Introdução

O presente trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais, realizado na Universidade Federal de São Carlos, sob a orientação do professor Gabriel Feltran, propõe demarcar as relações de saber-poder (Foucault, 1999) que constituem o confronto de diferentes discursos acerca de um único “caso”, o “caso Beth”. Para operacionalizar tal proposta, remonto o contexto de 2010 para trazer à tona a história de Beth¹, uma das interlocutoras presentes em minha iniciação científica². Se outrora meu objetivo foi analisar diferentes perfis e dinâmicas familiares dos bairros periféricos de São Carlos, neste presente trabalho, busco expor a passagem de um estudo sobre família para o estudo de um caso, de maneira e explicitar os dispositivos e efeitos de poder que possibilitam e dão voz aos diferentes discursos acerca do mesmo caso.

Ao longo de 2010, empreendi a pesquisa de campo que deu base à referida iniciação científica e que possibilitou minha inserção no bairro Cidade-Aracy. Após manter um contato contínuo com a unidade do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) localizada neste bairro, passei a estreitar minhas relações com, especificamente, três famílias, dentre essas, a família de Beth. Passado dois anos, retorno ao bairro sob novo contexto: a monografia. E a partir de uma mudança metodológica, inseri-me por novas condições.

Ao longo da exposição, veremos que, na passagem de um trabalho de campo a outro, Beth tornou-se um “caso”. Sendo assim, para todos os efeitos, trata-se de um caso que vem da periferia e está implicado diretamente com a reprodução de normalidades – que não é outra coisa senão a produção de marginalidades –, cujos efeitos reverberam numa série de instâncias no espaço

¹ Opto aqui, manter preservada a identidade de todos os personagens presentes, tanto na pesquisa realizada em 2010, quanto na atual monografia. Portanto, os nomes explicitados nesse trabalho são fictícios.

² Essa iniciação teve o título “Família em perspectiva: interface entre o Estado e as dinâmicas familiares de São Carlos”, foi orientada pelo professor Gabriel Feltran através do Programa de Apoio ao Docente Recém-Doutor (PADRD).

público. Portanto, veremos a repercussão do “caso Beth” desde sua dinâmica familiar até nas estratégias assistenciais, terapêuticas e jurídicas.

Assim, esse trabalho se esforça em diluir o foco unilateral de uma trajetória específica e, com isso, visa dar voz às outras instâncias que atravessam as fronteiras constitutivas de nossa interlocutora. No entanto, vale ressaltar que tais discursos e posicionamentos múltiplos são possíveis, justamente, pela existência de “casos” como os de Beth. Sendo assim, utilizo-me de um caso específico não a título de transformá-lo em regra, nem mesmo em exceção, mas como forma de acessar “fronteiras de tensão” existentes na especificidade e que nos possibilitam visualizar relações de poder e constantes disputas pela verdade³.

Convém, portanto, trazer à tona o pano de fundo que permeia esse trabalho e que se apresentou ora camuflado e implícito em falas técnicas, ora escancarado nos acontecimentos mais cotidianos de nossa interlocutora: a loucura e a doença mental. As fronteiras que tensionam o “caso Beth”, seja na orientação assistencial, seja na aplicação de medidas terapêuticas, ou mesmo nas decisões jurídicas, não são os limites em que se (re)estabelece uma “ordem” outrora abalada por conflitos. As pistas deixadas por Foucault no curso “Em defesa da sociedade”, com a inversão do aforismo de Clausewitz, permitem pensar as relações de poder que constituem o “caso Beth” a partir de uma relação de guerra. Com isso quero dizer que as medidas terapêuticas, assistenciais e jurídicas não encerram os enfrentamentos, antes, fazem-nos continuar através de uma “espécie de guerra silenciosa”:

E, nesse momento, inverteríamos a proposição de Clausewitz e diríamos que a política é a guerra continuada por outros meios. O que significaria três coisas: Primeiro isto: que as relações de poder, tais como funcionam numa sociedade como a nossa, têm essencialmente como ponto de ancoragem uma certa relação de força estabelecida em dado momento, historicamente precisável, na guerra e pela guerra. E, se é verdade que o poder político pára a guerra, faz reinar ou tenta

³ A expressão “fronteiras de tensão” foi utilizada por Feltran (2011). Aproprio-me dela para chamar a atenção para as relações de força presentes nas fronteiras de saber que delimitam o “caso Beth”.

fazer reinar a paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa, e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos uns dos outros (1999: p. 22-23).

Implicado a isso, outros elementos vêm para compor esse enredo: a família, maternidade, vizinhança, as redes de apoio do bairro, o tratamento, a resistência e os diversos dispositivos que possibilitam tornar nossa interlocutora em um objeto de discurso, em um “caso”.

Assim como em “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão” (Foucault, 1977), tive acesso a uma série de documentos, relatos, posicionamentos e discursos diferentes sobre o “caso Beth”. Num primeiro momento, concentrei minha interação, quase que exclusivamente, em Beth, quando ainda tinha por objetivo capturar dinâmicas familiares diferentes na periferia de São Carlos. E, posteriormente, ao multiplicar minha trilha e caminhar pelas vias que a história de Beth permitiu, pude confrontar outras tantas instâncias munidas com discursos e estratégias específicas em relação à interlocutora e seus possíveis desdobramentos.

Para concatenar os fatos, os elementos, os discursos e estratégias dividi essa monografia em 5 capítulos, nos quais busquei contemplar tanto o material acumulado em 2010, referente à iniciação, quanto as mudanças ocorridas no trabalho de campo investido para o atual trabalho de conclusão de curso.

Sendo assim, no primeiro capítulo explicito os contextos e cenários múltiplos que atravessaram e marcaram o período de 2010 a 2012 e a maneira como refletiram no andamento desse trabalho. Já no capítulo 2, atendo-me a caracterizar separadamente os contextos de 2010, e minha iniciação científica, e o de 2012, juntamente com suas mudanças metodológicas e seus desdobramentos. A partir dessa contextualização, passo a apresentar, especificamente, os múltiplos pontos de vistas presentes neste trabalho. Para

tanto, dediquei o capítulo 3 às perspectivas de Beth. Apresento nesse capítulo 6 subtítulos na tentativa de trazer à tona as temáticas que permearam e estiveram presentes no meu contato direto com ela. Já no capítulo 4, apresento, em contrapartida, os discursos referentes ao “caso Beth”. Para isso, expus as perspectivas do CRAS Cidade-Aracy, do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), da Unidade de Saúde Familiar (USF) do bairro, dos prontuários médico-jurídicos, da diretoria de uma creche do bairro. Ainda nesse capítulo, trato de um discurso que é alternativo tanto àquilo que Beth diz sobre si mesma, quanto aos saberes que substanciam o “caso Beth”: o discurso de uma senhora evangélica.

Portanto, a passagem do terceiro para o quarto capítulo marca a diferença entre duas abordagens: uma familiar, que procura dar conta das “verdades” de nossa interlocutora à respeito de si mesma e de suas relações, outra sobre uma malha de discursos que capturam “verdades” sobre Beth, dando sentido àquilo que chamam de “caso”.

No capítulo 5 problematizo os *classificantes* que percebo operar nas relações de poder que fazem de Beth um objeto de discurso: *loucura e lucidez*. Por fim, em continuidade a essa consideração analítica, encerro esta monografia com alguns apontamentos a respeito das relações de poder presentes nas fronteiras entre os saberes abordados.

Capítulo 1. Contexto e cenários

Este presente trabalho insere-se no cenário sancalense e seu contexto, mais especificamente, correspondente ao período de 2010 a 2012. Os dados da pesquisa que deram origem a essa monografia, referem-se aos bairros Cidade-Aracy I, Cidade-Aracy II, Presidente Collor e Antenor Garcia. Bairros estes que compõe uma extensa área periférica da cidade de São Carlos. Portanto, antes de mais nada, para uma melhor compreensão do tempo e do espaço demarcados nesse trabalho, seria interessante remontar as últimas seis décadas da história sancarlense.

De acordo com o artigo “Histórias da Água Quente: um olhar sobre a ocupação da bacia”⁴, caberia ressaltar que, no decorrer da década de 1950, constatou-se um intenso crescimento populacional no município de São Carlos. Incentivado pelo contexto favorável e próspero, tanto no nível nacional quanto local, esse crescimento contou com intenso fluxo migratório⁵ e uma consequente expansão territorial. Tal aumento do perímetro urbano sancarlense se deu de forma acelerada, no entanto, nem sempre de maneira planejada e ordenada. Os bairros presentes nessa pesquisa, inserem-se, portanto, num contexto de expansão periférica, impactos ambientais e mudanças socioeconômicos e políticos.

Essa distensão territorial da cidade de São Carlos levou à ocupação das terras localizadas na bacia hidrográfica Água Quente. Esse terreno é caracterizado por uma extensa depressão geográfica bastante íngreme, que divide a localidade em dois níveis: o alto, que corresponde à ocupação original da cidade e o baixo, local onde formaram os bairros aqui citados, além de outros, considerados os mais precários da cidade. Apesar de tal depressão geográfica ter atuado, por muito tempo, como uma fronteira natural, limitando,

⁴ Artigo produzido por Gabriel Feltran em conjunto com o coletivo Teia em 2005 para o projeto Água Quente.

⁵De acordo com tal o artigo, São Carlos recebeu migrantes, principalmente, do Paraná, Minas Gerais e de outras cidades do interior de São Paulo.

num primeiro momento, a expansão municipal às terras altas, já na década de 1960, as terras da bacia da Água Quente começaram a ser ocupadas. No decorrer de duas décadas, o processo de ocupação dessas terras baixas consolidou-se em meio de especulação imobiliária, relações clientelistas e muita degradação ambiental e social.

Segundo o artigo citado a cima:

Quando o crescimento de São Carlos impôs a possibilidade de expandir a cidade também para as terras baixas da bacia, iniciou-se um processo extremamente agressivo de ocupação das margens do córrego da Água Quente. Cerca de duzentos metros abaixo da cidade, separada dela por um abismo e conectada a ela por uma única via, foram criados os bairros Cidade Aracy I e II, Presidente Collor de Mello e Antenor Garcia, estes últimos já na virada para os anos 90. Todas as terras em questão já eram de propriedade de Airton Garcia, empresário e político bastante influente na cidade. Diferentemente do que ocorria nas terras altas, em que a cidade se expandia de forma paulatina e descentralizada, nas terras baixas da bacia houve um único e grande projeto de ocupação, executado segundo os interesses privados do próprio proprietário das terras em questão, dono também da imobiliária responsável pela incorporação. Este projeto de expansão da cidade, de características bastante particulares, produziu loteamentos voltados para os pobres dentre os trabalhadores de São Carlos, bem como para os desempregados e migrantes sem posses, de perfil socioeconômico semelhante àqueles que ocuparam o Jardim Gonzaga. A ocupação desordenada do ponto de vista social e ambiental que se deu nos últimos 20 anos obedecia, entretanto, a uma ordem política e econômica clara.

Sabe-se que esse processo, conhecido como expansão periférica, envolvendo especulação imobiliária não foi exclusivo no histórico sancarlense. Essa prática fez parte do repertório de formação de periferias e loteamentos irregulares em outras cidades, como descreve Panizzi (1989:89 apud Rosa, 2008:31):

[...] as infrações às diversas normas são toleradas e, às vezes, incentivadas pelo Estado. Essas práticas sociais 'ilegais' permitem o acesso aos serviços urbanos pela população de baixo poder aquisitivo

assim como a urbanização de bairros 'ilegais' sem investimento público. Essas tolerâncias possibilitam a venda e a rentabilidade econômica de terrenos cuja regulamentação urbanística não permite a urbanização. Sobretudo elas propiciam aos homens políticos apoiarem-se nas reivindicações populares por infra-estrutura, por serviços urbanos e pela legalização da posse da terra, e, assim, legitimarem sua representação política nessas áreas. Eles estabelecem, assim, um controle sobre os terrenos ocupados ilegalmente e instauram relações de clientelismo.

Dado esse contexto, no decorrer do tempo, um cenário que outrora era, praticamente, constituído por densa vegetação transformou-se em bairros extensos e movimentados. Transformação essa que ainda está na memória de jovens adultos. Em conversa com um cobrador de ônibus que mora no Cidade-Aracy, sua lembrança de quando migrara com sua família para São Carlos ainda permanece intacta. Naquela época, em que tinha apenas 10 anos de idade (cerca de 20 anos atrás), lembra que só existia o (atual) bairro Cidade-Aracy I. Toda a região que compreende os bairros Cidade-Aracy II e Antenor Garcia em diante “era tudo floresta e mato”. E, apesar de sua pouca idade naquele momento, a lembrança do “mutirão” que os habitantes do Cidade-Aracy I organizaram para desmatar e ocupar todo o resto da região ainda permanece viva na memória do cobrador de ônibus. Vale ressaltar que a expansão dessa região não parou por aí: em 2012, no período que fiz a pesquisa de campo referente a essa monografia, bairros planejados como o Jardim Zavaglia⁶ já apresentavam um número considerável de habitantes e mais de mil casas construídas através do programa do governo federal “Minha casa, minha vida”. No entanto, durante minha permanência nessa região para o trabalho de campo, circulei predominantemente nos bairros Antenor Garcia (onde fiquei hospedada), Cidade-Aracy I e Presidente Collor. Em alguns momentos, transitei pelas creches do Antenor Garcia – locais de trabalho de duas integrantes da família que me hospedou – e, em outros, pelas ruas do Cidade-Aracy ao percorrer as pistas encontradas pela minha pesquisa.

⁶ O bairro Jardim Zavaglia localiza-se atrás do bairro Antenor Garcia, portanto, mais afastado ainda da parte alta de São Carlos.

Sob um olhar totalmente estrangeiro, minha primeira inserção em tais bairros se deu em 2010, período em que realizei uma pesquisa de iniciação científica que será detalhada no capítulo seguinte. Nesse momento de iniciação, literalmente, passei a frequentar a unidade do CRAS localizada no Cidade-Aracy⁷ a fim de estabelecer uma proximidade com as famílias ali atendidas. Já no decorrer da pesquisa, estreitei meus laços com três famílias em particular e, a partir daí, passei a transitar em suas casas e em algumas de suas redes além, é claro, da assistência social. Acompanhei uma de minhas interlocutoras, que na época estava grávida, em um grupo de gestantes realizado no posto de saúde do Antenor Garcia e cheguei, também a acompanhar a equipe do CRAS em uma das “visitas domiciliares”. Ao poucos, aquele olhar outrora estrangeiro passou a se familiarizar com os cenários que foram se abrindo. No entanto, optei por afunilar minha interação com três famílias e, assim, procurei abranger de forma mais específica as temáticas que perpassam e cruzam as diferentes dinâmicas familiares da periferia sancarlense.

Já em 2012, minha inserção se deu de maneira um tanto inusitada. Após o término da iniciação científica, minha presença nos bairros reduziu-se a esparsas visitas àquelas famílias que participaram da pesquisa. Sendo assim, a partir de um novo contato com uma ONG atuante no Antenor Garcia, Casa da Infância Estrela da Manhã, conheci umas das professoras que lá trabalha. E o que de início pareceu-me improvável, tornou-se uma real e possível oportunidade: com a generosidade dessa professora, pude me hospedar durante um mês na casa de seus familiares e, dessa forma, estabelecer uma relação mais próxima do bairro e seus habitantes.

Nessa mudança metodológica, os cenários se multiplicaram e, com eles, os contatos e as redes de informação também. A partir daí, veremos como se deu exatamente essa mudança estratégica e quais foram as consequências e os efeitos reais que nasceram daí.

⁷ Essa unidade compreende não só o atendimento da população dos bairros Cidade-Aracy I e II, como também dos bairros Presidente Collor e Antenor Garcia.

Capítulo 2. Contraste metodológico

A proposta desse capítulo é apresentar de forma breve e sucinta quais foram os objetivos da iniciação científica realizada em 2010 e quais foram suas implicações nesta monografia. Sendo assim, para melhor compreendermos as motivações desse presente trabalho será preciso remontar o ano de 2010 para em seguida percorrermos pelas problemáticas que afloraram em 2012. Portanto, o capítulo será exposto sob a divisão de três seções. Trago, na primeira seção, o contexto de 2010 e o trabalho que traz as origens deste. Em seguida, apresento as motivações que tenderam à mudança metodológica e quais foram as questões que se desdobraram e desencadearam a partir de então: eis a minha monografia. E, por fim, a terceira seção traz os desencadeamentos ocasionados pela mudança metodológica ocorrida da primeira pesquisa para a segunda e de que maneira essa mudança repercutiu na atual monografia.

2.1. “Família em perspectiva: interface entre o Estado e as dinâmicas familiares de São Carlos”

O objetivo dessa iniciação científica e o trabalho de campo que nela realizei em 2010 foi estabelecer um meio de interlocução com as famílias moradoras dos bairros Cidade-Aracy I e II, Presidente Collor e Antenor Garcia, bairros periféricos considerados os mais “vulneráveis” da cidade de São Carlos. Não é à toa que a única unidade do CRAS que oferece o programa do “Bolsa família” no município encontra-se no bairro Cidade-Aracy I. Portanto, esta unidade do CRAS foi eleita como ponte a ser trilhada. Sendo assim, após um primeiro contato por telefone com a assistente social dessa unidade, combinamos uma conversa a fim de discutirmos as pautas de meu projeto. Nesse encontro, estavam presentes a assistente social (na época, a única) e

duas psicólogas. Quando cheguei, já estavam a minha espera na sala de reunião. Sentamos todas numa mesa redonda, uma funcionária trouxe uma jarra de água e, por um instante, até senti-me importante, mas, ao apresentar o projeto e minha proposta de inserção de campo, a sensação que tive foi de desconfiança em relação às intenções contidas no trabalho. Perguntas incisivas e pontuais do tipo: “afinal, qual o objetivo do seu trabalho?”, “seu trabalho pretende buscar soluções práticas?” reforçaram minha sensação de desconfiança e avaliação criteriosa pela qual fui submetida.

Apesar dessa primeira impressão, semanas depois, fui autorizada a frequentar semanalmente uma dinâmica realizada por uma das psicólogas desse CRAS. Essa atividade consistia em reunir as pessoas, que aguardavam o atendimento da assistente social, em uma sala, onde lá permaneciam (opcionalmente) sentadas em círculo até serem chamadas pela assistente social ou por um dos estagiários. Num primeiro momento da dinâmica, a psicóloga passava uma série de informações referentes ao CRAS tais como as atividades e serviços oferecidos pela instituição. Posteriormente, ela pedia que cada um se apresentasse e dissesse o porquê estava ali procurando os serviços assistências. Foi, então, a partir dessa atividade, que pude: i) familiarizar-me com o bairro e a distância, tanto social quanto espacial, compreendida entre meu circuito e o circuito do CRAS; ii) ter acesso a um repertório considerável de famílias moradoras dos respectivos bairros e, por fim, iii) estabelecer, mesmo que timidamente, uma interação com os funcionários e o público alvo do CRAS.

Nessas idas ao CRAS, a insegurança e o estranhamento recíproco – de transitar num ambiente desconhecido e, ao mesmo tempo, ser percebida pelas pessoas como uma figura um tanto incógnita nas dinâmicas do CRAS, que apenas se atinha a observar e anotar – foram diluindo-se e dando espaço a certa liberdade de poder conversar com aqueles que, de uma forma ou de outra, chamavam minha atenção. No entanto, em algumas ocasiões, tinha a impressão que algumas pessoas viam-me como funcionária da instituição. No momento de contarem suas histórias e (des)motivações, algumas daquelas

mães de família⁸ direcionavam seus olhares a mim, como se eu também estivesse conduzindo a dinâmica. Mas é claro que, como em todo local em que circulam muitas pessoas (diferentes), houve as que simpatizaram comigo e as que, talvez, nem perceberam minha presença ali. Aos poucos, fui me sentindo mais a vontade e ganhando maior mobilidade em relação às minhas intenções de trabalho.

No anseio de afunilar minha pesquisa e, enfim, acompanhar trajetórias diferentes de famílias específicas, deparei-me com a necessidade de selecionar possíveis interlocutoras da pesquisa. Se no primeiro momento, pude ter acesso a um número considerável de famílias a partir de uma observação superficial, no segundo movimento, optei por diminuir a amostra e aprofundar a interação. Nas dinâmicas, passei a lançar um olhar mais atento e criterioso, com o objetivo de conhecer dinâmicas e perfis familiares diferentes. Foi, então, que duas possíveis interlocutoras chamaram a minha atenção: uma, já senhora, estava preocupada com seu neto. Dona Lidiane cuida de dois netos que foram abandonados pelos pais. Um deles estava faltando muito da escola – greve era a justificativa do jovem, no entanto, não demorou muito para D. Lidiane descobrir que a escola, na realidade, estaria funcionando regularmente. A outra, uma jovem mulher grávida. Voz baixa, aparentemente tímida e recatada, chegara recentemente de uma pequena cidade do Espírito Santo com o marido e mais dois filhos. Tanto ela quanto o marido estavam desempregados. Tomei a liberdade de conversar com ambas, separadamente, e a partir daí, minha pesquisa trilhou caminhos diferentes: passei a acompanhar e a conhecer com mais detalhe a vida e o cotidiano dessas duas mulheres e suas respectivas famílias.

Mas como somos impotentes em relação às possibilidades, limites e entorno de uma pesquisa de campo, eis que uma conversa eventual na sala de espera do CRAS passou a participar ativamente da pesquisa – sem sequer imaginar que, futuramente, ganharia centralidade na pesquisa realizada para minha monografia. Enquanto esperava D. Lidiane ser atendida pela assistente social para, enfim, conversamos sobre minha pesquisa, sentei-me na sala de

⁸ Demarco o gênero aqui, pois o público que frequenta o CRAS é majoritariamente feminino. O que não significa que homens não frequentassem o recinto e ou mesmo a dinâmica.

espera e, sem nem me dar conta, vi-me conversando com a mulher que sentara ao meu lado. Com sua filha de 3 meses nos braços, Beth aguardava a resposta da equipe assistencial em relação ao seu pedido de leite NAN. Naqueles poucos minutos de conversa, passei a conhecer um pouco sobre sua vida e um simples convite para visitá-la tornou-se uma prática recorrente nos meses em que realizei a pesquisa de campo, tanto na referida iniciação científica, quanto na presente monografia.

Portanto, no ano de 2010 dediquei a centralidade do trabalho realizado no acompanhamento de diferentes dinâmicas familiares, principalmente, no que tange a sociabilidade periférica sancarlense e suas interações com o Estado, tais como suas relações estabelecidas com o CRAS e outras entidades presentes no bairro. A interlocução se deu através de conversas pautadas em questões referentes à trajetória familiar e, portanto, a temáticas tangíveis ao trabalho, moradia (assim como o agenciamento desses realizado por familiares e amigos), migração, criação dos filhos, enfim, a tudo que cruzasse a experiência familiar e cotidiana (passada ou presente). Na maioria das vezes, combinávamos o dia e o horário em que as conversas pudessem acontecer e, nos três casos, as interlocutoras cederam um espaço de suas casas – seja num cantinho da cozinha, na sala ou mesmo no quarto – para me receber.

2.2. Monografia: mudança metodológica, mudança de casa

“Se cada um dos seus colegas procurasse saber o que realmente tem no mundo lá fora, saberiam a realidade dos que são simples, dos que não tem nada: eles não querem muito, só querem uma palavra.” (Maria Evanda Tomaz)

Explicito a fala da dona Maria Evanda – uma senhora que conheci no ponto de ônibus e que, portanto, pude conversar restritamente naqueles

poucos minutos de espera entre um ônibus e outro – não como forma de denunciar a academia ou reafirmar este ponto de vista como algo inquestionável, mas por encontrar nessa fala duas motivações: primeiramente por tocar no campo reflexivo desse trabalho. Vale ressaltar que, diante das constantes indagações acerca dos objetivos e da relevância dessa pesquisa, após essa breve conversa – em que pude, rapidamente, compartilhar um pouco do trabalho de campo que vinha realizando para esta monografia –, segui meu destino (o bairro Antenor Garcia) com uma convicção quase que epifânica em relação à importância e à relevância do meu trabalho. Já a segunda motivação se deu, justamente, pelo posicionamento claramente marcado pela interlocutora. Iniciando sua fala com um “Anota aí!”, senti uma vontade voluntária de D. Maria em expor sua opinião em relação à universidade e ao trabalho acadêmico. Deixo claro que a questão a ser colocada aqui não insinua qualquer tipo de acusação que induza a ausência ou ineficiência dos trabalhos etnográficos relacionados à periferia ou à “realidade dos que não tem nada”. Entretanto, pretendo, justamente, colocar em pé de igualdade tanto a produção acadêmica disposta a discutir e trazer à tona as questões “marginais”, quanto a sensação de distanciamento entre universidade e periferia suscitada na fala de D. Maria.

Passado dois anos do trabalho de campo realizado em 2010, eis que volto a repensar no material trabalhado e em toda a experiência vivida com um novo objetivo: meu trabalho de conclusão de curso. A ideia inicial seria, então, transformar a iniciação científica em monografia, no entanto, em conversas com o orientador desse trabalho, o professor Gabriel Feltran, uma nova opção de trabalho veio à tona: e por que não ficar um tempo lá no bairro? Algo que, em 2010, não se mostrou primordial, passou a ganhar relevância considerável. Talvez, justamente, por se tratar de famílias moradoras de bairros localizados na mesma cidade em que estudo e moro – tendo em vista, também, o porte intermediário da cidade de São Carlos e seus 222 mil habitantes –, a questão concernente à permanência contínua em campo não tenha saltado aos olhos ou, até mesmo, pela própria opção metodológica, investida em 2010, de seguir uma trilha institucional (o CRAS) pautada em visitas.

De qualquer forma, após tal sugestão – mais que pertinente –, passamos a buscar uma nova entrada nos bairros. E se, em 2010 a porta de entrada foi através de um braço estatal, em 2012 minha inserção se deu por intermédio de uma mão do terceiro setor. Ao entrarmos em contato com a ONG Casa da Infância Estrela da Manhã, localizada no bairro Antenor Garcia, pude traçar um caminho tão inusitado quanto instigante. A partir desse primeiro contato e após algumas tentativas mal sucedidas, eis que minha caminhada cruzou com uma das professoras da ONG, Alexssandra, que a pouco saíra da casa em que vive seu pai, para morar com seu marido, sua filhinha, seu irmão e sua cunhada. Já sua irmã, Claudiane, acabara de chegar de Pernambuco e era ela quem, naquele momento, morava com o pai e mais outro irmão. E num gesto generoso, Alexssandra, ao saber de minha situação, possibilitou o intermédio entre sua família e eu. Durante um mês, Claudiane dividiu seu quarto comigo. E mais que o quarto, dividimos conversas, novelas, o preparo da janta, a janta, momentos na sala com o pai e o irmão, os amigos da família, idas ao dentista, visitas aos irmãos, dias de trabalho na creche em que trabalha, preocupações, a mais profunda tristeza irreparável da morte de minha *batian*⁹, histórias de infância, brincadeiras com seus sobrinhos, a saudade de Pernambuco, intrigas de trabalho, enfim, nesse curto espaço de tempo, vivi e compartilhei momentos tão intensos e sensíveis que sinto não poder expressar mais que essas palavras para descrever o que vivi.

Apesar de ter apostado na sugestão de meu orientador desde o início, somente após a efetiva mudança metodológica e os inúmeros acontecimentos que daí pude vivenciar e usufruir é que pude corroborar com a hipótese que “a imersão sempre oferece, sem dúvida, olhares muito diferentes daqueles obtidos por visitas e, sobretudo, cria outros laços de pesquisa” (Feltran, 2011: 41).

⁹ Exatamente no primeiro fim de semana após ter “me mudado” para o Antenor Garcia, minha avó – meu exemplo de vida – faleceu. Uma tristeza inconsolável atravessou minha vida justamente no período em que realizei o campo. Não sei se foi minha avó que me deu forças para continuar ou se o próprio campo e, principalmente, a convivência com Claudiane e sua família é que me deu coragem para enfrentar tal tristeza.

2.3. Do estudo sobre famílias a um estudo de caso

Dado início a minha nova inserção nos bairros estudados outrora, a ideia inicial gravitou em torno da possibilidade de reanimar os antigos contatos, incluindo, é claro, as três interlocutoras. Mas, logo no primeiro contato com a coordenação da Estrela da Manhã, pude perceber que toda a configuração do CRAS Cidade-Aracy já havia mudado. Ao serem citados alguns nomes que compõe a atual equipe, percebi que já não conhecia mais ninguém. As assistentes sociais e psicólogas que participaram da pesquisa de 2010 não trabalham mais lá. Diante desse cenário, estabeleci duas alternativas estratégicas: direcionar, majoritariamente, o foco da minha atuação em campo, pelo menos no primeiro momento, no reencontro com as três interlocutoras, ou, investir também, ao menos em termos de tentativa, numa reformulação de meu vínculo com o CRAS.

Ao acordar em minha mais nova morada – o que significou, também, acordar para um novo modo de vida, com novos hábitos e rotinas –, levantei, antes mesmo do sol nascer, juntamente com todos os trabalhadores da casa e, logo cedo, resolvi iniciar meu itinerário com a Estrela da Manhã. Passei na ONG para avisá-los que tudo havia ocorrido bem e para, inclusive, expressar minha imensa gratidão. Antes de seguir em direção ao Cidade-Aracy à procura de meus antigos interlocutores, prometi voltar na ONG ainda naquele dia.

Por ainda estar cedo, resolvi passar no CRAS antes de, efetivamente, ir até as casas que outrora visitei em 2010¹⁰. Conversei com dois funcionários: uma mulher e um jovem, talvez o estagiário. Sucintamente, introduzi minha fala remetendo ao trabalho de 2010 e as minhas recentes intenções para emendar, em seguida, num possível acesso às assistentes sociais. “Infelizmente, elas não se encontram. Estão em visita, mas, provavelmente, você as encontre no período da tarde”, foi essa a resposta. Vi que não seria tão instantâneo meu “recontato” com a atual maquinaria interna do CRAS Cidade-Aracy. No entanto,

¹⁰ No dia em que fui conhecer a casa em que Claudiane e parte de sua família moram, na volta para minha casa, resolvi passar na casa de Berenice, a jovem mãe (grávida na época que a conheci), e que havia se mudado para um loteamento muito próximo do Antenor Garcia, o Água Fria. No entanto, minha tentativa foi em vão. Não a encontrei. Perguntei para os vizinhos, mas ninguém a conhecia. Sem contato telefônico e residencial, infelizmente, não consegui reencontrar com ela e sua família. Passei a investir, então, de início, em D. Lidiane e em Beth.

antes de seguir meu caminho, a funcionária disse que uma das assistentes sociais, a Juliane, costuma ficar no Centro Comunitário do Antenor Garcia, o que seria uma interessante possibilidade, caso insistisse nesses rastros.

No entanto, ao chegar na casa de Beth, o reencontro foi com seu marido, Sebastião, e seu filho de 9 anos. Beth não estava. “Terça-feira é dia de CAPS”¹¹. Pela primeira vez, tive oportunidade de conversar com Sebastião¹². Nesse rápido diálogo, expliquei que Beth havia participado de uma pesquisa realizada em 2010 e que pretendia retomar o contato. Sebastião se colocou à disposição em relação à atual pesquisa. Contou que trabalha muito: “o que surgir, eu pego”. Mas, atualmente, trabalha num programa de rádio às 4h30 da madrugada todos os dias. Recomendou que eu voltasse no dia seguinte, pois Beth estaria em casa o dia inteiro. E foi o que fiz.

Mas, como os acontecimentos e movimentos em campo são sempre imprevisíveis, no dia seguinte, após insistir um bom tempo nas palmas e nos “Beth!”, presumi que não havia ninguém em casa. Antes de desistir, perguntei para um moço, que estava sentado na calçada da casa ao lado, se tinha visto Beth sair de casa. Ele apenas soube dizer que Sebastião saíra a pouco com o carro. Perguntei para outro vizinho, mas ele não soube responder se Beth estava em casa. No entanto, justamente, pela imprevisibilidade do imprevisível, ao tomar o caminho de volta, ouço uma derrapada de pneu bem ao meu lado: Breno, o filho de 9 anos, viera correndo de bicicleta ao meu encontro e, numa manobra só, encontrava-se já parado, exatamente do meu lado. Desde 2010, esse menino, com sua doçura e “arteriçe”, sempre me encantou. A mesma voz suave de menino-criança veio dizer que sua mãe estava no CAPS ensaiando para uma apresentação que iria acontecer naquele mesmo dia. Após conversarmos um bom tempo ali, no meio da rua mesmo, de ter me colocado a par de todas suas travessuras e outras tantas histórias, despedi-me convencida de ir ao CAPS.

¹¹ No intervalo entre a primeira e a segunda conversa que tive com Beth – de abril até setembro de 2010 –, ela passou a frequentar o CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) todos os dias da semana em período integral, exceto às segundas-feiras em que teria o período da tarde livre. No entanto, desde a visita que realizei em setembro de 2011, soube que sua frequência reduzira para somente as terças-feiras.

¹² A única vez que vi Sebastião, foi na primeira visita que fiz à casa de Beth. Ele estava deitado na cama junto com a filhinha mais nova que, na época, estava com apenas 3 meses. Apenas nos cumprimentamos nesse dia e nunca mais coincidiu de encontra-lo num outro dia de visita.

Nesse mesmo dia, fui até a unidade do CAPS que Beth frequenta. Invisível, foi exatamente como me senti no primeiro momento. Totalmente deslocada – pois nunca havia entrado ali e, para completar, não conhecia ninguém que trabalhasse ou estagiasse lá. Fui sem saber, sequer, sua localização – entrei no estabelecimento e busquei por uma recepção. Atrás do balcão, uma mulher, supostamente funcionária do CAPS, sentada no computador e por estar num canto perpendicular à minha posição, vi que estava na página do seu facebook. Depois de a ter chamado e explicado, rapidamente, minha situação, perguntei se poderia ver e conversar com Beth. Ela com uma expressão de indiferença, disse: “Acho que sim”. E virou-se, novamente, para o computador. Resolvi permanecer na minha invisibilidade até que outra pessoa aparecesse na recepção. O CAPS estava bem movimentado, as funcionárias expressavam uma falta de paciência explícita. A outra funcionária que me atendeu, disse que eu só poderia conversar com Beth após autorização da coordenadora, Margarida, o que seria possível apenas no período da tarde. Nesse momento, percebi que não seria fácil.

Antes de ir embora, resolvi conhecer o restante do estabelecimento. E se outrora minha impressão não fora tão animadora, após a rápida passada pelos espaços internos, fiquei mais incomodada. Pessoas dormindo no chão e em bancos. Grupinhos espalhados pelo “pátio” e uma horta bem grande ao fundo. Olhares distantes e tristes. Entretanto, não pretendo aqui pintar uma caricatura, apenas demarcar minhas impressões. Próximo a saída, há galpões em que, provavelmente, são realizadas atividades.

No intervalo de uma semana, consegui retomar meu contato com Beth e em conversa ela citou o nome de sua “referência”¹³, Julia. Expressei minha vontade de acompanhá-la no CAPS e Beth não se opôs. Chegamos a combinar de irmos juntas, eu passaria, logo pela manhã, em sua casa, deixaríamos sua filhinha na creche e em seguida seguiríamos para o CAPS. Mas, devido aos imprevistos ocorridos nesse período de permanência em campo, não consegui cumprir o combinado. Consegui, no entanto, passar na instituição no período da tarde. E, numa tentativa de “burlar” as barreiras

¹³ Chama-se de referência, no CAPS, o profissional que fica “responsável” por determinado paciente.

outrora esbarradas, resolvi procurar diretamente por Julia seguindo a hipótese que esse caminho seria mais fácil de me levar até Beth do que procurar pela coordenadora. No entanto, como a ironia me acompanha, ao perguntar por Julia na primeira sala que entrei, não percebi que esta era, justamente, a sala de Margarida. Quando dei por mim, já estava falando sobre meu trabalho, sobre Beth e minha intenção de ter acesso aos meios que atravessam a vida de Beth. E, mais uma vez, a imprevisibilidade vem a meu favor. Margarida, extremamente atenciosa e solícita, ao saber que se tratava de um trabalho de conclusão do curso de ciências sociais, declarou sua disponibilidade em colaborar e acrescentou que seu filho, também, faz o mesmo curso. Ao encaminhar-me para Julia, Margarida autorizou meu acesso ao prontuário de Beth e, já na sala em que Julia se encontrava, informou-me que na quinta-feira da mesma semana, haveria uma reunião na Unidade de Saúde Familiar do bairro Presidente Collor, justamente, para discutir o caso de Beth.

Adianto-me a dizer que chegamos no ponto de inflexão temática e metodológica do trabalho realizado. A partir desse momento, Beth tornara-se um caso a ser discutido em uma pauta de reunião. Se até então, minha perspectiva em relação à Beth havia se construído tendo como base os diálogos com a própria interlocutora, passarei, a partir daí, a obter outros tantos discursos referentes à Beth e que, conseqüentemente, comporão outras tantas “Beths”. Convém, no entanto, explicitar que meu ponto de vista, em relação à nossa personagem, continuará a ser apenas um entre os demais. Portanto, não busco com essa monografia uma análise de qual ponto de vista é aquele que representa mais verdadeiramente a Beth, muito menos, eleger qual o discurso expressa de maneira mais coerente a realidade. A proposta é outra: considerar e expor, em pé de igualdade, cada ponto de vista, seus contextos, interesses, estratégias e argumentos diferentes de forma a compor um jogo de forças e uma disputa pela verdade. Portanto, nos próximos capítulos, veremos como tal mudança metodologia foi operacionalizada. Primeiramente, apresentarei nossa interlocutora a partir, de um movimento cronológico, em que, primeiramente, construo a exposição a partir da fala de Beth e, posteriormente, trago os demais pontos de vistas envolvendo o “caso Beth”.

Capítulo 3. Beth e suas perspectivas

Esse capítulo toma como base as conversas que tive com Beth todas, com exceção o dia em que nos conhecemos, ocorridas em sua casa. Portanto, meu esforço nesse capítulo limita-se a demonstrar os temas recorrentes em nossas conversas. Separei a exposição em seis subtítulos, todos inspirados nas falas dela. A proposta desse capítulo é dar voz à interlocutora e, a partir daí, mergulharmos a fundo em sua história (contada por ela mesma) e, conseqüentemente, nas diversas instâncias que atravessam seu cotidiano e na sua maneira de estar no mundo. Vale pontuar que minhas impressões e sensações estarão implicados nessa exposição, tenha visto que não se trata de demarcar minha imparcialidade ou mesmo imprimir uma “ficha técnica” da interlocutora.

Os diálogos que aqui estão implícitos são resultado do material colhido na pesquisa de campo realizada no período de 2010 a 2012 e documentados em diários de campo. Como já dito, não venho com a intenção de descrever aqui de maneira melhor ou mais legítima a realidade de Beth, apenas proponho compartilhar as temáticas que frequentemente pautavam nossas conversas e que, creio, serem de extrema importância para nossa interlocutora.

Nesses encontros, muitas vezes dividimos nossas conversas com participações especiais. Breno, praticamente, esteve presente em quase todos os momentos em que a visitei. Outras pessoas fizeram presentes apenas uma única vez. Esse foi o caso da Tati (filha da vizinha que costumava dividir as tardes com Beth), Cleonice (grande amiga de Beth e companheira de CAPS também), Priscila (namorada do filho mais velho de Beth, Bruno), Dona Virgínia (vizinha que, nos momentos difíceis, dava uma mão à Beth) e Douglas (amigo de Breno).

Confesso que, inicialmente, descartei a possibilidade de ter Beth e sua família como interlocutores de minha iniciação. Talvez por certo conservadorismo de minha parte ou mesmo pela estranheza que aquele primeiro contato tenha imprimido em mim e que ao longo do capítulo serão

apontados. No entanto, após conversar com meu orientador, passei a atentar para questões, no mínimo, instigantes que rondavam a figura de Beth. Resolvi, então, procurá-la.

Não demorei muito para encontrar a casa correspondente ao endereço anotado, mas antes percebi que ao longo da rua em que Beth mora havia no mínimo duas casas com placa de manicure. Ao chegar na casa correspondente, deparei-me com uma construção inacabada, portão de ferro constantemente entreaberto com uma plaquinha escrita “Manicure e pedicure”, fachada da casa ocupada por tijolos espalhados, um triciclo de bebe, um cachorro preso em uma corrente, uma carriola e, no fundo, um fogão, uma estufa de guardar salgados e uma mobilete. Bati palma e eis que Beth surge. A princípio demonstrou não ter me reconhecido (como em todas as outras visitas). Ao se aproximar mais, identifiquei-me relembrando rapidamente nosso primeiro “encontro” no CRAS e, imediatamente, ela me reconheceu rotulando-me “a moça do postinho”. A partir disso, passei a ter passagem livre. Beth perguntou se queria entrar e, antes mesmo da minha resposta, começou a justificar a bagunça da casa, pois não havia saído da cama aquele dia – acordara com fortes dores na região abdominal. Contou que o médico já havia receitado uma série de medicamentos, mas, devido ao valor elevado, não pôde comprar. Fomos entrando e no caminho expliquei em linhas gerais a pesquisa e meu trabalho. Logo de cara, ela perguntou se eu queria a incluir na pesquisa e, após minha afirmativa, ela demonstrara simpatia pela ideia.

Beth estava com 38 anos quando a conheci, estatura baixa, cabelos pretos ondulados, quase sempre presos mas, quando soltos, paravam um pouco acima da altura dos ombros. Sua pele é morena, nem clara nem negra, e seu corpo em forma. As vezes, usava vários anéis nos dedos, mas sempre com roupas discretas. Em seu jeito de falar, com leve sotaque paulistano, sempre iniciava ou terminava as frases com um “querida”, “gata” ou “fofa”. Beth nasceu e viveu em São Paulo até a década de 1990, estudou até o 6º ano do ensino fundamental e trabalhou como faxineira. Conheceu seu marido por intermédio de um de seus patrões. Sebastião é pernambucano e, juntamente com seus irmãos, migrou para São Paulo em busca de trabalho e melhores condições de vida. Ele trabalhou com operação de som durante 15 anos, aproximadamente, juntou um dinheirinho e conseguiram comprar uma casa de

dois andares. Resolveram fazer do andar de baixo um bar. No entanto, “as coisas não deram muito certo, porque compravam muito fiado”. Foi então que um amigo do casal mudou para São Carlos e, posteriormente, informou-lhes que o lugar é bom de emprego. Não hesitaram e migraram também, juntamente com outro amigo. Nessa época, Bruno, o filho mais velho, já tinha 7 anos. Ao chegarem em São Carlos, contaram com a ajuda do amigo já “estabelecido” e conseguiram alugar uma casa de esquina. Não demorou, tiveram que desocupar o imóvel, pois o dono iria utilizá-lo. Conseguiram, então, “negociar” a casa que moram até hoje. Sebastião trocou o gol que tinha na época pela casa. Entretanto, o antigo dono do imóvel não havia quitado todas as parcelas do imóvel. Até hoje o casal não conseguiu liquidar a dívida

Logo no início de nossa primeira conversa, como se eu a estivesse entrevistando, Beth disse seu nome completo e o ano de nascimento, 1971. Seu nome verdadeiro é Silvana, mas, por não gostar desse nome, ela se auto nomeou Beth. É assim que todos a conhecem e foi assim que, também, passei a chama-la daí em diante.

Em 2010 Beth morava com seu marido, Sebastião, e mais quatro filhos: Bruno, 18 anos; Benito, 13 anos; Breno, 7 anos e Brenda, 3 meses. No entanto, já na visita seguinte havia mais uma moradora à espera de mais outra. Priscila, 14 anos, a namorada de Bruno engravidara e, após a notícia, passou a morar na casa de Beth. O quarto de Bruno passou a ser referido como a casa do casal. Segundo Cabral (2005: 94), esse tipo de prática pertence ao rol de negociações familiares em situações de gravidez na adolescência:

Esta situação remete, certamente, ao grau de aceitação da gravidez e seu maior ou menor enquadramento no contexto familiar e social. Percebe-se não uma autonomização imediata do casal, mas sim a acolhida das famílias. O apoio ofertado ao casal varia desde a ajuda financeira para o enxoval do bebê até a cessão de cômodos no interior das casas para moradia. Aos poucos, tais cômodos vão ganhando amplitude e se tornam casas – é freqüente o relato do tipo “meu pai deu a parte de cima para eu construir...”. Em alguns casos, as mudanças físicas realizadas na moradia fazem com que o quarto do

rapaz, agora sua “casa”, tenha acesso independente ao da casa dos pais.

E foi exatamente o que ocorreu com Bruno. Assim como no trecho citado, o quarto do primogênito tinha uma entrada independente na casa, no entanto, a cozinha era comunitária. Ao se referir ao quarto de Bruno, Beth dizia “a casinha deles”. No entanto, já em minhas últimas visitas, em 2012, Bruno saíra da casa da mãe para morar com sua esposa e sua filhinha na casa que conseguiram financiar pelo programa “Minha casa, minha vida”.

Beth passou a frequentar o CAPS em junho de 2010, portanto, apenas a primeira vista que a fiz antecede essa data. Ao longo das visitas e conversas, algumas situações mudaram, outras permaneceram. Nesses encontros, acontecimentos e permanências pude observar alguns pontos que norteavam nossa interação. A seguir, apresento-os em seis subtítulos.

3.1. A mãe

No dia em que conheci Beth, na recepção do CRAS Cidade-Aracy, ela aguardava sentada com sua filhinha de três meses nos braços. Beth exibia seu lado coruja ao exaltar seus cuidados com a nenê de modo a deixá-la sempre limpinha, cheirosa e bem vestida.

Já no primeiro dia de visita, passei por alguns momentos de tensão. Ao desabafar e contar sobre as dificuldades que passara, comentou que quase cometera uma loucura em relação a sua filha mais nova. Num momento de desespero, chegou a supor como solução para seus problemas, matar sua e em seguida suicidar-se. Disse que se visse sua filha “desacordada”, não iria aguentar e se mataria também. Mas, em seguida, afirmou que ninguém tem o direito de tirar a vida de ninguém e que não queria que seus filhos ficassem sem mãe.

Ao perguntar sobre a relação que tem com seus filhos, Beth deixa claro que o filho mais velho não fala com ela. “Ele vive trancado no quarto dele e

quando sai não fala comigo”. Benito, o filho de 13 anos, não a respeita, vive respondendo com grosserias e sempre a chama de louca. Relacionamento bom ela mantém apenas com Breno e Brenda.

Ainda na primeira visita, pude presenciar uma discussão que teve com Benito. Enquanto conversávamos, Benito pediu dinheiro para a mãe. Beth simplesmente não respondeu. Benito, insatisfeito, insistiu na pergunta. A resposta de Beth veio, então, nos termos de desavença. Ao alegar que o filho sabia que a mãe não tinha dinheiro, acusou ter lançado a pergunta apenas para humilha-la “na frente da vista”. A discussão foi rápida, mas suficiente para tornar o clima um tanto tenso. Em seguida, ela completou: “você não imagina o quanto é triste para uma mãe ver um filho desrespeitar e não gostar da própria mãe!”.

Todavia, Breno é que esteve presente em quase todas as conversas. E, em sua maioria, Beth ameaçava bater em Breno. Chegava a se levantar até o menino sair correndo. Breno é um menino de voz doce, meigo e ao mesmo tempo muito levado. Apesar das ameaças e broncas constantes, Beth sempre demonstrou carinho por ele. Em meio a broncas e gracinhas de criança, Beth muitas vezes não resistia e antes de terminar a ameaça já estava rindo do filho. Mas bastava Breno entrar novamente no quarto, Beth dizia para ele não entrar na conversa dos outros, pois isso é feio de se fazer. Uma vez que Breno entrou com umas moedas na mão, Beth imediatamente perguntou onde ele havia arranjado dinheiro. E quando o filho apelidou uma das rivais de Beth de “urubu”, Beth corrigiu o menino dizendo que não pode chamar as pessoas assim e explicou em seguida que a mulher referida era negra.

Quando Beth passou a frequentar o CAPS ela disse:

Ah, não estou gostando não! Sempre tive o sonho de ter uma menina, quando Deus me deu esse presente, eu não posso cuidar!! Se bem que ela está indo na creche, as meninas cuidam bem dela, ela é a queridinha de lá. Está sempre com roupa chic e que eu não teria condições de oferecer. Depois que tive a nenê, não consegui mais trabalhar, porque uma vizinha começou a espalhar fofocas e dizer que sou louca para a vizinhança inteira!

Nessa época, Brenda já estava indo na creche e, segundo Beth, uma das professoras amava a nenê, dava roupinhas e a levava para passear. Beth, ao mesmo tempo que, lamentava por não poder cuidar de sua única filha, reconhecia que sua filha estava sendo bem cuidada na creche.

3.2. A manicure

No dia em que nos conhecemos na sala de espera do CRAS, Beth contou-me que era manicure. E mesmo sem nos conhecermos bem, ela completou o assunto dizendo que, caso eu fosse à sua casa, ela me presentearia com seu serviço sem cobrar nada. Sem saber o que dizer, agradei o convite e a gentileza.

Após certa resistência de minha parte – talvez por receio de misturar nossos ofícios (o dela e o meu) e, conseqüentemente, gerar alguma situação constrangedora –, resolvi visitá-la mesmo assim. No final das contas, o presente que outrora oferecera (fazer a minha mão sem cobrar) não foi sequer suscitado em nossa conversa. Mas, algo que foi repetidamente marcado por Beth, em minha primeira ida à sua casa, foi a necessidade de 18 reais para poder comprar material (esmalte, acetona, algodão, alicate, etc). Contou-me que havia recebido uma proposta de uma conhecida para trabalhar em um salão de beleza, porém, com a condição de possuir seu próprio material de trabalho. Ao longo da conversa, Beth retornou nesse ponto várias vezes. Cheguei a incentivá-la a conversar com a dona do salão e explicar sua situação, talvez ela poderia emprestar algum material provisório ou dar uma força para Beth. No entanto, tudo isso já havia sido feito e, inclusive, chegaram (Beth e a dona do salão) a ir ao mercado comprar o material, mas não encontraram. Depois de mudarmos de assunto, ora ou outra, ela voltava a tocar nesse assunto. Não obstante, esse fato aconteceu apenas nesse primeiro encontro. Nos outros dias que a visitei, Beth não comentou mais nada sobre esse assunto. Em outra conversa, Beth chegou a contar que iria ganhar da

prefeitura um curso de manicure, mas depois esse assunto, também, não voltou à tona.

Beth gosta de bordar e fazer crochê. Em sua casa há sacos e mais sacos de panos de pratos. Beth diz que todos foram feitos por ela. Tem pano de prato de todo jeito (bordados, pintados, estampados com desenhos diversos, alguns com imagens impressas, outros bordados etc). Chegou a vender e fazer encomendas de panos de prato, toalhas e tapetes. Certo dia, Beth tentou me ensinar a fazer crochê, mas não consegui dar nem o primeiro ponto. Beth é realmente é habilidosa com as mãos e a agulha. Grande parte das vezes que entrei no quarto de Beth, havia linhas e agulhas pela cama.

Já no contexto de agosto 2010, Beth havia iniciado seu tratamento no CAPS e sua relação com o ofício de manicure mudara. Nas últimas conversas, Beth disse que não poderia mais fazer a mão das pessoas, pois correria o risco de dar alguma crise no meio do trabalho. Beth justificara sua dificuldade de arranjar emprego pela sua doença.

3.3. À procura de uma madrinha

Para completar minha estranheza “à primeira vista”, ainda no dia em que nos conhecemos, Beth comentou que estava procurando “alguém para dar sua filha”. Por alguns segundos fiquei sem reação até perceber que se tratava de uma relação de compadrio. Beth dissera que uma de suas vizinhas iria ser a madrinha de Brenda, mas a pouco recusara seu convite por suspeitar que Beth tivesse segundas intenções. Tive a impressão que a qualquer momento ela iria me oferecer sua filha para tê-la como afilhada. Não foi isso que aconteceu nesse dia, mas quase em todas as vistas que fiz a Beth, esse assunto vinha à tona: “Você não aceita ser madrinha de Brenda? O padrinho eu já tenho, a madrinha não!”.

Confesso que por um tempo pensei seriamente em aceitar o convite. Em uma de minhas visitas em 2011, Brenda ficou praticamente a conversa inteira no meu colo. O olhar da nenê sempre me silenciou. Sem falar ainda, parecia

que os olhos falavam por ela. No entanto, tinha a impressão que esse convite ficava isolado a cada conversa. Ela dizia que havia comentado com Sebastião sobre a ideia, mas não chagamos ir além do convite.

Houve uma época que Beth encontrara uma madrinha para Brenda, mas não conseguiam marcar uma data viável e que coincidissem com a disponibilidade da madrinha e do padrinho. Depois disso, Beth continuou a me convidar para o enlace de compadrio.

Em relação aos padrinhos dos outros filhos, Beth teve contato bem próximo com a madrinha de Breno. E num momento de dificuldade e doença de Beth, Breno chegou a morar algum tempo com a “dinda” dele. Mas, “depois que ela tentou tirar ele de mim definitivamente, eu nunca mais conversei com ela, com aquela falsa” desabafou Beth. Apesar de reconhecer toda a ajuda prestada pela comadre, Beth não perdoa a tentativa de tirarem a guarda de Breno. No entanto, Breno mantém contato frequente com sua madrinha. Várias vezes ouvi falar dela. Talvez a relação não seja a mesma, mas ainda mantém contato.

3.4. Remédios, convulsões e o “bicho de porco no cérebro”

No primeiro dia que fui à casa de Beth, uma das primeiras coisas que ela me disse foi que precisava tomar vários remédios para convulsão, pois ela tem o “bichinho de porco no cérebro” e se auto culpou dizendo que sempre gostou de comer carne de porco cru. A partir da segunda visita que a fiz, Beth já frequentara o CAPS. Desde então, Beth sempre me mostrava os saquinhos de remédios que tinha que tomar diariamente.

A única vez em que Cleonice (amiga que conhecera no CAPS) participou de nossa conversa, ambas disseram que não tomavam os remédios, pois não queriam se sentir dopada, com sono o tempo todo e rindo de tudo sem motivo. Cleonice expressou total convicção do que faz e sem ressentimento nenhum: “os médicos entucham remédio na gente, mas eu finjo que tomo e depois cuspo. Não sou boba!”. Essa foi a única vez que Beth se

referiu à medicação nesses termos. Em outras conversas, Beth apenas mostrava os saquinhos e, muitas vezes, os abria para mostrar os comprimidos, a título de informação.

A primeira vez que perguntei sobre o CAPS, Beth demonstrou sua total contra vontade e afirmou ter relutado muito. Somente através das “chantagens do marido e a insistência das assistentes sociais” ela enfim aceitou procurar o CAPS. A partir de então, muitas vezes nossas conversas eram atravessadas por acontecimentos ocorridos no CAPS: intrigas, rivalidades, fofocas, os cadernos de exercícios, os tapetes e enfeites que aprendera lá. Em relação às aulas e atividades oferecidas no CAPS, Beth costumava dizer que voltou a estudar e sempre me mostrava com orgulho seus cadernos de exercícios e de desenhos.

3.5. Vizinhança: amizades, fofocas e rivalidades

Assim que Beth migrara com seu marido e o filho mais velho para São Carlos, foi uma das vizinhas que deu a maior força para Beth. Num certo dia, essa vizinha, por ter reparado que as unhas de Beth sempre estavam arrumadas, perguntou a Beth onde ela fazia a unha. Ao saber que ela mesma costumava arrumar suas unhas, a vizinha pediu, então, para que Beth fizesse suas unhas. A partir daí, a vizinha passou a incentivar Beth para que investisse no ofício de manicure. E, sem que Beth soubesse de nada, tal vizinha escreveu em uma plaquinha “Manicure e pedicure” e pendurou no portão da casa de Beth. Desde então, Beth começou a fazer unha “para fora”. No entanto, passado algum tempo, esta mesma vizinha passou a espalhar para vizinhança que Beth é louca. E, por conseguinte, depois de Branda nascer, Beth não conseguiu mais trabalhar. Sua situação piorou ainda mais quando uma vizinha a viu tropeçar na rua e derrubar Brenda no chão.

No entanto, em uma das ocasiões em que estive presente em sua casa, outra vizinha passara em sua casa para chamá-la para ir à Igreja. Por alguns minutos ela permaneceu conosco. Beth nos apresentou de forma a expor as

ajudas já oferecidas por essa vizinha: “nos momentos difíceis, ela sempre me ajudou. Vira e mexe ela vem passar minha roupa e não cobra nada. Tem vez que ela me arrasta pra Igreja, mas de ver tudo mundo contribuir, fiquei com vergonha e nunca mais voltei”, contou Beth.

3.6. A esposa desconfiada

Logo no primeiro dia de vista, Beth manifestou seu descontentamento com o casamento. Disse que mesmo antes de ter a nenê já não estavam bem. Entretanto, tudo piorou quando Brenda nasceu. Várias vezes, Beth chegou a comentar que ela e Sebastião não dormiam mais juntos, pois desconfiava haver uma amante “no meio” de seu casamento. Algumas vezes, disse que o tinha visto estacionar o carro (dele) na casa “da outra” e que, inclusive, era sua vizinha e conhecida.

A vez que Cleonice esteve presente, Beth estava convicta que queria se separar. Deixou claro que tinha certeza da existência de uma amante. Já havia procurado um advogado, mas não tinha dinheiro para pagá-lo. Ela chegou a me perguntar o que ela poderia fazer para conseguir a separação. Eu comentei que através da defensoria pública ela não precisaria pagar. No entanto, esse assunto, também, não teve continuidade nesses termos. Em outros diálogos, ela veio novamente reafirmar sua certeza em relação à existência de uma amante de seu marido, porém a questão da separação não veio à tona novamente.

Capítulo 4. As perspectivas e “suas Beths”

Após expor os principais temas que envolveram minha interação com Beth no período de 2010 a 2012, venho, nesse capítulo, explicitar outros pontos de vistas em relação à Beth. No período de 2010, pude conversar com uma das assistentes sociais e, coincidentemente, Beth surgiu em nossa conversa como um caso exemplar da intervenção realizada pelo CRAS. A partir daí, exponho alguns trechos de nossa conversa a fim de identificar os principais pontos de vista da assistente social em questão. Passado dois anos, a configuração do CRAS mudou e, com isso, a sua atuação também.

Contudo, o que realmente inspirou esse capítulo foi um evento pontual. Durante minha permanência no bairro Antenor Garcia em 2012, busquei outras formas de encontrar Beth. A primeira delas foi o CAPS. Após algumas tentativas frustradas, ao entrar em contato com a coordenação de tal instituição, tive acesso a portas nunca antes abertas. Por meio do CAPS, pude consultar o prontuário de Beth e, assim, ter em mãos todo um conjunto de documentação referente ao processo relacionado ao “caso Beth”: desde a carta enviada pelo CRAS para solicitar o tratamento de Beth, até receituários e diagnósticos médicos, pareceres do conselho tutelar e do poder judiciário. E como se eu estivesse lendo “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão”, estive diante de “de um caso, de um acontecimento em torno do qual e a propósito do qual vieram se cruzar discursos de origem, forma, organização e função diferentes” (Foucault, 1977: p. XI): o “caso Beth” e suas ramificações.

Para completar o cenário, descobri, em conversa com a coordenadora do CAPS, a existência iminente de uma reunião idealizada para, justamente, discutir o “caso Beth”. No entanto, ainda não tinha a clareza do que realmente se tratava. Somente no momento em que presenciei a reunião e estive diante de um número razoável de 20 a 30 profissionais diferentes reunidos para

discutir o “caso Beth” é que me dei conta das devidas proporções. Portanto, só após esse acontecimento, percebi que nossa interlocutora tornara-se um caso.

A partir disso, apresentarei os diferentes pontos de vistas que chegaram até mim em seis seções diferentes. Em cada uma, colocarei em evidência aspectos e posicionamentos específicos – em relação à Beth – que pude observar tanto na reunião quanto em conversas individuais estabelecidas posteriormente. Na reunião, estavam presentes representantes do CRAS, do CAPS, do Conselho Tutelar, a diretora da creche em que Brenda estudava na época e, por fim, enfermeiros, médico, agentes comunitários, estagiários e demais funcionários da USF. No entanto, dentre esses, mantive contato posterior somente com uma das agentes comunitárias da USF e com a diretora da creche de Brenda. Cheguei a ligar algumas vezes para a conselheira tutelar responsável pelo “caso”, mas a conversa não chegou a concretizar-se.

As outras perspectivas que lhes apresento a seguir, referem-se aos pareceres médicos observado nos prontuário que tive acesso; à conversa que tive com a assistente social que trabalhara no CRAS em 2010 e que presenciou e participou no processo mobilizado para o encaminhamento e tratamento de Beth no CAPS e, por fim, a uma senhora pertencente a igreja Assembléia de Deus que realizou algumas visitas na casa de Beth.

4.1. CRAS Cidade-Aracy

A conversa que tive com uma das assistentes sociais do CRAS Cidade Aracy, Daniela, remonta a pesquisa de 2010. Após conversamos por algum tempo acerca das principais questões institucionais do CRAS, Daniela selecionou um caso¹⁴ que julgara ter sucesso – de acordo com as premissas e esforços realizados pelo CRAS e toda a rede de apoio acionada e mobilizada pela equipe de assistencial. Respeitando a preservação da identidade dos usuários do CRAS, Daniela não citou o nome do caso elegido, mas conforme

¹⁴ Quando combinamos nossa conversa, pedi a ela que comentasse e mostrasse alguns dados sobre as famílias que eu estava estudando. No entanto, sob a justificativa de sigilo, ela optou selecionar alguns casos que ela julgara serem bons exemplos do atendimento realizados no CRAS.

todos os dados, detalhes e enredo, logo percebi que o caso selecionado era o “caso Beth”:

Escolhi um caso de uma família que deu certo! (Riso) Não vou falar de alguma coisa que não deu certo, né?! (Risos) Ela chegava aqui sempre solicitando leite NAN e a gente foi percebendo que ela tinha um certo...uma certa possibilidade de ter um distúrbio mental. A gente não tinha certeza, porque a gente não é técnico para avaliar isso. Mas, enfim, a gente sempre entrava em contato com o caso, mas era muito difícil dos profissionais irem lá fazer as visitas e estar acompanhando mais de perto. A família não vinha até aqui, era uma família que estava totalmente com os vínculos fragilizados. Nesse caso, eu, junto com a psicóloga Luzia, trabalhamos bastante para tentar, primeiro, fortalecer os vínculos, formar uma rede entre o esposo, a esposa, o filho mais velho para estarem cuidando das crianças, para não envolver a questão do abrigo. O promotor queria abrigar porque a mãe não fazia o tratamento, ela estava mal, foi constatado que ela tinha, realmente, um distúrbio e, além do distúrbio, ela tinha problemas no rim. Ela estava com uma infecção seríssima, ela estava bem mal. Não conseguíamos internação para ela na Santa Casa, o posto encaminhava e a Santa Casa mandava de volta. Enfim, foi uma luta! A gente teve que acionar o Ministério Público e, como medida de proteção, o promotor determinou que ela fosse internada, via de proteção para as crianças, para começar o tratamento psiquiátrico dela e, também, os outros problemas que ela tinha. Tudo bem, tratou, tudo bem, a gente foi fortalecendo o esposo, os filhos, a questão de creche(...) Enfim, é um caso que deu muito certo, né, que a gente pôde perceber, que a gente fica muito feliz, porque a gente viu que funcionou, a gente mobilizou a vizinhança, os amigos que queriam ajudar, a gente mobilizou o esposo para tentar fazer com que eles entendessem que não era pirraça dela, porque até então a família entendia que era pirraça, que ela não queria se fazer o tratamento. [Conversa gravada e transcrita]

Podemos observar em sua fala, toda a mobilização do CRAS e das redes de apoio do bairro para conseguirem encaminhar o caso de Beth. Segundo Daniela, Beth ia, frequentemente, ao CRAS para pedir leite NAN, desnecessariamente, como forma inconsciente de pedir ajuda. Sendo assim, o

CRAS em parceria com a USF, acionaram o mistério público e o Conselho Tutelar para conseguirem efetivar um atendimento mais “adequado” ao caso de Beth: encaminhá-la para o CAPS e, em contrapartida, conseguirem uma vaga em uma creche para que sua filha, de apenas 5 meses, pudesse ficar em período integral. Todo esse processo foi considerado exemplar segundo as premissas assistências.

Já no contexto de 2012, especificamente no que diz respeito a reunião realizada na USF para discutir o caso de Beth, Daniela já não trabalhava mais no CRAS. Na reunião, percebi que a funcionária que estava organizando e liderando a reunião era uma moça bem magra, cabelos longos e bem estilosa. Perguntei para a funcionária da USF, que sentara ao meu lado, quem era aquela moça e ela não soube me dizer. Cheguei a supor que fosse a médica da USF, mas após algum tempo, descobri que era a nova assistente social do CRAS Cidade-Aracy. No entanto, logo no início de sua fala, pude perceber que a assistente não conhecia muito bem a Beth. Disse que ficou sabendo que Sebastião não morava mais com Beth. E, nesse momento, cheguei a intervir na discussão, pois naquela mesma semana eu havia conversado com Sebastião na casa de Beth. O motivo da confusão teve origem nos relatos de Beth relacionados ao seu casamento. Ao ser interrogada, Beth diz que não estabelece mais um relacionamento conjugal. No entanto, Sebastião ainda mora na mesma casa que ela. Depois de quase uma hora, a assistente social teve que ir embora e deixou os encaminhados da discussão com uma das estagiárias da USF.

4.2. CAPS

A grande abertura para as novas possibilidades que essa monografia expõe se deve, inicialmente, ao CAPS. Passada as barreiras iniciais, o contato com a coordenação dessa instituição foi essencial para o acesso a outros tipos de informações referentes à Beth, que dificilmente teria acesso por outras vias. Fui autorizada a analisar o prontuário de Beth e, mais ainda, fui informada da

existência da reunião que ocorreria na USF para discutir o caso de Beth. Margarida foi, realmente, muito generosa e motivadora em relação a esse trabalho.

Além de Margarida, conversei com Julia, a referência de Beth. A princípio, Julia não quis falar muito sobre Beth. No entanto, em seus comentários pude perceber certa ironia e antipatia no que tangia a figura de Beth. Assim que iniciei minha fala, Julia imediatamente corrigiu-me em relação ao nome de Beth: “Você não deve chamá-la de Beth. Se esse é um desvio de identidade dela, você não pode incentivar e reforçar isso. Sempre a chame de Silvana”. Em seguida, afirmou que esse desvio faz parte do “quadro dela”.

Julia descreveu as atividades que Silvana comumente realiza no CAPS, tais como aulas semelhante as de uma escola, oficinas de música e artes e atendimento psicológico. Em relação ao convívio de Beth no CAPS, Julia disse que Silvana sempre tentou fazer a cabeça de todo mundo. Normalmente, mostra-se carinhosa e distribui elogios, mas “quem não conhece que a compre, ela não é assim”. Em determinado momento, Julia descreve Silvana como uma pessoa que aciona todos seus direitos, ou seja, percorre por todas as unidades de apoio de seu bairro, mas não adere a nenhum tratamento. Julia supõe que Beth não toma os medicamentos específicos para o tratamento e completa, concluindo, que “Silvana não mente, apenas aumenta os fatos”.

Quando expliquei resumidamente meu trabalho e o modo como conheci Silvana, falei sobre o convite que recebi para ser madrinha de Brenda. Julia e mais outra funcionária – que estava separando e empacotando remédios na mesma sala em que estávamos –, começaram a rir. Disseram que Silvana oferecera sua filha para todo mundo do CAPS. Fiquei sem reação. A segunda funcionária disse que Silvana a convidara para ser madrinha de Brenda no mínimo 5 vezes.

Já para o final da conversa, ao folhear o prontuário de Silvana, Julia explicou-me que o diagnóstico dela não é fechado. Na verdade, o caso de Silvana é uma “hipótese diagnóstica”. Há uma suspeita de esquizofrenia e epilepsia.

4.3. Unidade de Saúde Familiar

Na reunião realizada no USF, percebi que a pessoa que mais conhecia Beth era Adriana, a agente comunitária. Em vários momentos, ela interveio na discussão para esclarecer alguns pontos, sugerir possibilidades e dispor formas de efetivar o tratamento de Beth. Logo no início, Adriana perguntou ao CAPS os motivos de terem diminuído a carga horária de permanência de Beth no estabelecimento. Vale lembrar que, inicialmente, Beth ficava semanalmente em período integral e, posteriormente, sua permanência reduziu às terças-feiras. Margarida disse que a proposta e o objetivo do CAPS é a reinserção do paciente na sociedade e completou dizendo que Silvana não se vê como doente, por isso não adere ao tratamento. No entanto, no decorrer do debate, decidiram aumentar, por ora, o período de permanência de Beth no CAPS.

No momento em que a assistente social “informou” que Sebastião não dividia mais a mesma casa que Beth, além de mim, Adriana também interferiu. Explicou que Beth comumente afirma não estar mais casada, por achar que seu marido a trai, mas, em todos esses tempos, Sebastião nunca saíra da casa em que Beth mora. Ao concluir sua fala, Adriana confirmou a existência de uma amante e disse que o próprio Sebastião a contou: “Não é fácil conviver com Beth, eu não me posso separar, deixá-la sozinha, mas tenho que viver minha vida”, explicou Sebastião.

Por sugestão de Adriana, o médico presente na reunião, modificou, naquela mesma hora, o horário da medicação indicada à Beth. Dessa forma, os remédios tomados no período noturno, passaram a ser divididos no período da manhã e no da tarde. Essa mudança, possibilitaria melhor controle e fiscalização em relação ao manuseio medicamentoso, sendo que Adriana comprometera-se a passar todos os dias, pela manhã e ao entardecer, na casa de Beth para auxiliá-la na medicação.

Passado alguns dias da reunião, recebi um e-mail de Adriana pedindo desculpas por não ter dado muito atenção a mim no dia da reunião. Disse que estava interessada em meu trabalho e que poderia contar com a ajuda dela. Logo em seguida, combinamos de nos encontrar.

Adriana foi muito atenciosa e, apesar, do intenso movimento no USF, sentamos em uma sala para conversarmos. Segundo a agente, o USF sempre enfocou no problema renal que Beth apresentara. Foram eles que acompanharam desde o início do tratamento renal¹⁵ que Beth realizara. Mas Adriana diz que Beth dá trabalho já a algum tempo: “Beth é um vulcão, fica um tempo adormecido, de repente estoura”. Disse que mesmo antes de ter sua última filha, Beth vinha até o USF para pedir leite e ensinava Breno a enganar os agentes. “Beth manipula para conseguir as coisas que ela quer. Quando vamos em sua casa, no armário tem comida, mas não tem o que ela quer, carne e macarrão”.

Adriana acompanhou todo o último pré-natal de Beth. Durante os últimos meses de gestação, Beth tinha muitas dores, com isso, Adriana passou a ir quase todos os dias em sua casa. Em certo dia, ao visitar Beth, Adriana vê a nenê já em casa, toda suja de sangue e em meio a um cheiro muito forte. Adriana chegou a pensar que Beth fizera o parto em casa, mas depois descobriu que já havia passado dois dias do parto e nem Beth, nem a nenê haviam tomado banho.

Adriana revelara, também, que Beth chegou a ficar internada durante uma semana em um hospital psiquiátrico em Araraquara, CAIBAR. Nesse período Brenda tinha apenas um mês e Sebastião ficara responsável de levá-la periodicamente no posto. Passado quatro meses, o CRAS em conjunto com a USF acionaram o Conselho Tutela para conseguir uma vaga em alguma creche, em período integral, para Brenda.

A agente chegou a dizer que o pessoal do CAPS costuma dizer que Beth não tem crise convulsiva e sim “crise conversiva”, ou seja, trata-se de uma simulação, ela mesma forja um estado de convulsão: “Ela põe a mão na cabeça e diz que vai passar mal, depois começa a estremecer o corpo, mexe nas pessoas, parece que está com o demônio, como se fosse um espírito no corpo dela. No entanto, basta alguém que ela conheça com maior autoridade chegar perto que ela volta ao normal e depois diz que não lembra de nada e que teve um apagão”. Em seguida, Adriana disse que apesar de Beth afirmar

¹⁵ Beth ficara um tempo internada por complicações renais e já passara por uma cirurgia no rim esquerdo.

que tem cisticercose no cérebro e, esse ser o motivo causador das convulsões, na realidade, Beth nunca foi diagnosticada por cisticercose. O que os médicos supõem são esquizofrenia e epilepsia, mas a causa não se sabe.

Ao finalizarmos a conversa, Adriana comentou que no último dia em que estivera na casa de Beth para auxiliá-la com a medicação, encontrou um pastor e uma senhora da Igreja (Assembleia de Deus de Belém). A “irmã” dissera que Beth precisa de ajuda, de roupa, alimentos e da palavra. Pedi o telefone e o endereço dessa irmã, o pastor Adriana não conhecia.

4.4. Prontuário

Tive acesso ao prontuário de Beth tanto no CAPS quanto na USF. Nessa compilação documental, pude ler a carta redigida por Daniele em 2010 para o Conselho Tutelar e para o CAPS solicitando, respectivamente, uma vaga para Brenda e o internamento de Beth para tratamento psicossocial; relatórios do CRAS e do CAPS descrevendo comportamento de “surto psicótico (“desorientação espacial, confusão, crise de ausência, olhar fixo, déficit de auto-cuidade”); o parecer do poder judiciário determinando “a internação compulsória da ré, em caráter de urgência”, justificado por comportamento “agressivo” atestado nos autos que ela não tinha, naquele momento, condições de continuar “sob convívio doméstico”; receituário médico atestando “transtorno mental de natureza crônica e não capacitante. F20=? e G40=?¹⁶”; exames de sangue, hormônio, renal, entre outros; registros de atendimentos, relatos da própria Beth; encaminhamentos; relatórios da psicóloga do CAPS; entre outros documentos.

Na reunião ocorrida na USF, tanto o prontuário de Beth quanto o de Brenda foram analisados pelo médico presente e, ao se atentar no da menina, o doutor diz que a situação dela é “grave e triste”, pois já aos 5 meses de idade Brenda permaneceu um tempo internada devido a uma pneumonia e todas as

¹⁶ De acordo com o CID (Classificação Internacional de Doenças) G40 corresponde à epilepsia e o F20 à esquizofrenia. As interrogações indicam o diagnóstico aberto, ou seja, trata-se de uma hipótese diagnóstica.

vezes que Beth a traz no posto, Brenda chega desnutrida e com baixa estatura. Pode-se afirmar que grande parte da reunião a atenção girava em torno dos cuidados e da saúde de Brenda.

4.5. Creche

Num certo dia, enquanto eu percorria pelas ruas do Cidade Aracy em companhia de Breno, passamos por uma creche e Breno comentou que aquela era a creche em que Brenda ficava. Resolvi tentar entrar. Sem nenhum empecilho, a moça que fica no portão permitiu minha entrada. Procurei pela coordenadora, Marina. Expliquei meu trabalho e perguntei acerca de Brenda. Com certa desconfiança, e não é de se estranhar, a coordenadora não passou nenhuma informação, disse que somente com a autorização dos pais.

Não demorou muito, reencontrei-a novamente na reunião do USF. Em determinado momento, Marina teve a palavra. Explicou que o Conselho Tutelar havia dado a orientação de não entregar a nenê para Beth caso estivesse sozinha¹⁷. Sendo assim, inicialmente, o marido ou o filho de 14 anos, Benito, iam buscar a nenê. “No entanto, de uns tempos para cá, Beth passou a buscá-la sem acompanhante nenhum. Beth aparece no horário certinho, nunca esquece de buscar a filha e nunca atrasa, mas ela vai sozinha. No começo, esperávamos algum dos responsáveis aparecer. Tem vez que aparecia, tem vez que não. Nossas funcionárias tem horário para ir embora. E Beth sempre fica muito brava, quando não a entregamos Brenda. Eu fico numa situação complicada, não é verdade?”

Marina completa sua fala abordando a situação de Brenda e os cuidados dos pais: “Brenda chega em más condições na creche, suja, com piolho e assada. Quando ela aparece com febre, a primeira coisa que fazemos é ligar para o pai. No entanto, Sebastião refuta nossa informação, diz que não pode levar a nenê no posto, pois trabalha e tem que descansar e que isso seria função da creche”.

¹⁷ Houve um episódio em que Beth passou mal na rua e deixou a Brenda cair.

Para finalizar, Marina comenta, que em 2011, uma das professoras da creche se encantou por Brenda. Deixava a menina uma princesa, sempre dava roupas novas e levava Brenda para passear nos fim de semanas. A professora saiu e, muitas vezes, Brenda chega na creche com a fraude do dia anterior. Após a fala de Marina, surgir no debate a questão da atuação do Conselho Tutelar em responsabilizar e pressionar Sebastião para cumprir suas responsabilidades paternas. Caso contrário, encaminhar para um possível processo de abrigamento.

4.6. “Irmã” Maria

Minha última parada foi na casa de “irmã” Maria. Após alguns desencontros, conseguimos conversar – enquanto esperava uma amiga buscá-la para um compromisso – no portão de sua casa. Dona Maria disse que tinha visitado Beth com o intuito de orar por ela. Contou que, numa outra visita, o “demônio chegou a baixar em Beth”. Em seguida, D. Maria perguntou se acredito em espiritualidade. Após minha afirmativa, continuou a explicar que aquilo que Beth chama de convulsão, na verdade, “é a ação de inimigo, do satanás. E ele só aparece quando há poucas pessoas. Ele vem para nos enganar. Ele faz isso para os médicos acharem que estamos doentes e entucharem remédio na gente para, aí sim, nosso corpo ficar doente, fraco e vulnerável. É o demônio que permite a depressão tomar conta do nosso corpo”.

Ao descrever as “crises” de Beth, D. Maria disse que “ela diz que vai passar mal, que vai ter uma convulsão e sai do corpo dela. Começa a dizer as piores coisas que se possa imaginar” e completou dizendo que, no dia em que Beth passou mal em sua presença, Beth chegou a avançar em D. Maria. Segundo D. Maria, o demônio está aqui na Terra para enganar todos nós. A única salvação é aceitar a obra de Deus e se entregar totalmente a ele.

D. Maria disse que já conhecia Beth a aproximadamente 5 anos. Mas quando a viu recentemente não a reconheceu, pois antigamente Beth era forte, gorda. O demônio tirou a fome de Beth e agora ela é fraca e sem saúde. E, por

fim, disse que tudo isso também aconteceu com ela. Em um momento difícil de sua vida, ela perdeu a vontade de viver e caiu na cama. Deixou o demônio tomar por completo sua vida e só curou-se depois que se estabeleceu na atual igreja que frequenta. Para D. Maria, o grande problema de Beth é que “ela não para em nenhuma igreja e isso é culpa do demônio, ele é que não deixa as pessoas se fixarem em uma igreja só”.

Capítulo 5. Loucura ou lucidez?

Alguns dizem: há no fato do assassinato e no detalhe do que é contado os mesmos sinais de loucura; outros dizem: há na preparação, nas circunstâncias do assassinato, e no fato de tê-lo escrito, as mesmas provas de lucidez. Logo, o fato de matar e o fato de escrever, os gestos consumados e as coisas contadas entrecruzam-se como elementos da mesma natureza.

Michel Foucault

Seguem nesse capítulo alguns apontamentos referentes aos conteúdos dos capítulos anteriores. Após tal contextualização e exposição, poderemos ousar em alguns encaminhamentos de análise. No entanto, depois de observarmos os principais pontos de apoio da fala de Beth e, conjuntamente, termos explanado os múltiplos pontos de vistas e seus discursos a cerca de Beth o que poderemos elucidar desse confronto?

Arrisco a dizer que, no cenário geral, certa disputa esteve presente, implícita ou explicitamente, de forma frequente nos discursos apresentados: Beth é louca, ou de louca ela não tem nada? A intencionalidade de suas convulsões, sua esperteza e seu jeito manipulador, sua “incapacidade” de buscar a filha na creche, a falta de “condições de continuar sob o convívio doméstico” e, até mesmo, os receituários e diagnósticos indicam um interrogação. Será que Beth finge ser louca ou o demônio possuiu seu corpo?

Todas essas indagações, suposições, acusações e hipóteses inscrevem-se sob o binarismo loucura/lucidez. Assim como no caso de Pierre Rivière, podemos dizer que encontramos uma série de discursos sobre o caso de Beth que mesclam argumentos pautados na lógica, ora da loucura, ora da lucidez julgando, portanto, suas intencionalidades e corroborando, muitas vezes, com a ideia que “o próprio insensato é sempre uma astúcia do sentido, uma forma para o sentido vir à tona testemunhando contra ele próprio” (Foucault, 2006a: p. 142).

Convém deixar claro que a proposta dessa monografia não se filia à intenção de encontrar respostas para essas questões, apenas suscita-as ao debate. E, como forma de iniciar o debate, proponho trazer à tona um panorama foucaultiano para dar base a essa discussão.

Foucault (2006b) propõe encarar o confronto entre razão e não-razão de forma a explicitar as origens desse embate. O autor parte de acontecimentos anteriores à origem ou, melhor dizendo, do momento em que loucura e não-loucura, razão e não-razão unidas ainda, dialogam entre si e encontram-se misturadas de maneira confusa. A partir daí, o autor delinea cada passo da história de maneira a demonstrar a gradual polarização de tais noções. Para Foucault, a virada crucial desse movimento se dá no final do século XVIII, quando loucura transforma-se em doença mental:

No meio do mundo sereno da doença mental, o homem moderno não se comunica mais com o louco; há, de um lado, o homem da razão que delega para a loucura o médico, não autorizando, assim, relacionamento senão através da universalidade abstrata da doença; há, do outro lado, o homem de loucura que não se comunica com o outro senão pelo intermediário de uma razão igualmente abstrata, que é a ordem, coação física e moral, pressão anônima do grupo, exigência de conformidade. Linguagem comum não há; ou melhor, não há mais; a constituição da loucura como doença mental, no final do século XVIII, estabelece a constatação de um diálogo rompido, dá a separação como já adquirida, e enterrada no esquecimento todas essas palavras imperfeitas, sem sintaxe fixa, um tanto balbuciantes, nas quais se fazia a troca entre loucura e a razão. A linguagem da psiquiatria, que é um

monólogo da razão sobre a loucura, só pode estabelecer-se sobre um tal silêncio (idem: p. 153).

Ao justificar a necessidade de se investir em uma história da loucura, Foucault argumenta que não existe na cultura ocidental razão sem loucura. No entanto, quando a loucura passa a ser capturada pela razão ela transforma-se em doença mental. E Foucault completa:

Esta [doença mental], não há por que duvidar, vai entrar em um espaço técnico de controle cada vez melhor: nos hospitais, a farmacologia já transformou as salas dos agitados em grandes aquários mornos. Mas, abaixo dessas transformações e por razões que lhes parecem estranhas (pelo menos em nossas opiniões atuais), um desenlace está prestes a se produzir: loucura e doença mental desfazem sua pertença à mesma unidade antropológica. Essa unidade desaparece, ela própria, com o homem, postulado passageiro. A loucura, halo lírico da doença, não cessa de apagar-se. E, longe do patológico, do lado da linguagem, lá onde ela se redobra sem ainda nada dizer, uma experiência está prestes a nascer onde o que está em jogo é nosso pensamento; sua iminência, já visível, mas absolutamente vazia, não pode ainda ser nomeada (2006c: p. 219).

Após essa exposição, não seria estranho se o “caso Beth” viesse como sequência desse trecho. Analisado por mãos e técnicas médicas, esse caso não passa de uma “hipótese diagnóstica”. O que temos são hipóteses, suspeitas, nada de concreto, pois “sua iminência, já visível, mas absolutamente vazia, não pode ainda ser nomeada”.

No texto “A loucura e a sociedade”, Foucault (2006d) segue os rastros levistraussianos¹⁸ para investigar a posição da loucura e do louco nas sociedades, tanto “primitivas” quanto industriais. Para isso, o autor sintetizou os

¹⁸ Foucault faz menção ao passo dado por Lévi-Strauss no que tange as considerações sobre o incesto, ou seja, pela primeira vez o estudo dos sistemas de pensamento no ocidente caminhou em direção contrária aos fenômenos positivos, explorando “um método que permitiu esclarecer a estrutura negativa em toda sociedade ou toda cultura” (2006d: p. 259).

domínios da atividade humana como aqueles relacionados a) ao trabalho e reprodução econômica; b) à sexualidade, família; c) linguagem e, por fim, d) aos jogos, atividades lúdicas etc., e, assim, afirmou que em cada um desses domínios há aqueles que fogem às regras e são rejeitados de uma forma ou de outra, adquirindo posição marginal na sociedade. No entanto, há, também, a possibilidade de rejeição em todos os quatro domínios, reservado exclusivamente ao louco:

De qualquer forma, aqueles que são excluídos diferem de um domínio a outro, mas pode acontecer de a mesma pessoa ser excluída de todos os domínios: o louco. Em todas as sociedades, ou quase todas, o louco é excluído de todas as coisas e, segundo o caso, ele se vê recebendo um status religioso, mágico, lúdico ou patológico (idem: p. 261).

Ao voltarmos para a história de Beth, um dos temas recorrentes em nossas conversas dizia respeito ao trabalho. Ora Beth exaltava sua dificuldade em “voltar a fazer unha” ou “reconquistar a clientela perdida”, ora ela declarava sua adversidade (devido a suas convulsões) para realizar tal atividade. No que tange essa questão do trabalho, Foucault afirma:

Primeiramente, no que concerne ao trabalho, mesmo nos dias de hoje, o primeiro critério para determinar a loucura em um indivíduo consiste em mostrar que é um homem inapto ao trabalho. Freud disse com precisão: o louco (ele falava sobretudo das neuroses) era uma pessoa que não podia nem trabalhar nem amar. Eu retomarei o verbo “amar”, porém, nesta ideia de Freud, há uma profunda verdade histórica. Na Europa, na Idade Média, a existência dos loucos era admitida. Às vezes, eles se excitavam, tornavam-se instáveis, ou mostravam preguiçosos, mas era-lhes permitido vagar aqui e ali. Ora, a partir do século XVII, aproximadamente, constitui-se a sociedade industrial e a existência de tais pessoas não foi mais tolerada. Em resposta às exigências da sociedade industrial, criaram-se, quase simultaneamente, na França e na Inglaterra, grandes estabelecimentos para interná-los. Não eram apenas os loucos que colocavam neles;

eram também os desempregados, os doentes, os velhos, todos os que não podiam trabalhar (idem: p. 261).

Sendo assim, o que podemos dizer acerca desse embate é que temos em mãos discursos pautados, por um lado, em termos de diagnóstico aberto, quadro clínico, “desvio de identidade”, medicamentos, “surtos psicóticos”, “transtorno mental de natureza crônica”, necessidade de “internação compulsória”, “esquizofrenia”, “epilepsia”, incapacidade e outros tantos termos referentes aos saberes médicos-jurídicos. E por outro lado, estamos diante de falas marcadas por adjetivos que indicam, de uma forma ou de outra, a lucidez nos atos de Beth como convulsão “conversiva”, manipuladora, dominadora, pecadora que não se entrega a Deus.

Considerações finais

Interessante pensarmos essas questões sob o código de fronteira. Toda essa gama de profissionais que rodeiam o cotidiano de Beth, uns mais próximos e constantes, outros menos, podem ser encarados como fronteiras de saber diferentes estabelecidos por meios de relações de poder. O CRAS estabelece e demarca os limites assistências determinados pelo Estado no que se refere ao mínimo bem-estar daqueles que estão “da ponte pra lá”¹⁹. Talvez a Unidade de Saúde Familiar seja a fronteira mais amalgamada. Por um lado, os agentes comunitários, que em sua maioria residem no próprio bairro ou nas proximidades, são aqueles que presenciam “o caso” de perto, no cotidiano. São eles que vivenciam e precisam resolver os imprevistos e dilemas corriqueiros. E por outro, prestam serviço aos saberes médicos e jurídicos. Portanto, atuam na fronteira dos discursos médico-jurídicos. Se for o caso, portanto, os agentes comunitários vão até às casas da população para dar o remédio na hora certa, ou acionam o CAPS (saber psiquiátrico), a promotoria pública, o conselho tutelar (saber jurídico) para discutirem o caso e estabelecerem as medidas a serem estabelecidas e seguidas.

Pode-se apreender, portanto, que a cada discurso demarcado, a cada atuação institucional ou afetiva transpassamos e percorremos por fronteiras diferentes. Assim, com o presente estudo etnográfico busquei acessar as fronteiras de tensão entre as diversas instâncias que perpassam a trajetória da interlocutora apresentada nesse trabalho. A intenção desse trabalho não se aproxima de maneira nenhuma a tentativas de inferências ou generalizações, mas, simplesmente, busca analisar a transformação de um estudo sobre família, baseado nos rastros de trajetórias de vidas específicas, em um estudo sobre “um caso”, baseado em diferentes pontos de vistas: desde o da própria interlocutora, passando pelos familiares, vizinhos, assistentes sociais, agente

¹⁹ Faço referência a uma letra de música dos Racionais MC's chamada “Da ponte pra cá”.

comunitários, médicos, promotor, conselho tutelar, juiz, até o de uma irmã evangélica.

E se colocarmos nos termos de relações de poder, qual será o poder de cada uma das instâncias apresentadas? Poderíamos dizer que pelo fato de Beth ser o alvo dos discursos, ela estaria isenta de poderes? E se pensarmos em termos de resistência? Será que toda a resistência ao tratamento, explicitada na fala de Julia, a referência de Beth no CAPS, não indica um poderoso artifício de curto-circuitar as estruturas normalizantes?

Convém constatar aqui, que não seria de todo estranho dizer que a resistência de Beth aos tratamentos desencadeia toda essa mobilização, principalmente dos agentes e daqueles que estão no circuito mais próximo de Beth. Não é à toa que, na maioria das vezes em que o “caso Beth” veio à tona, é a rede mais próxima que aciona e redireciona o foco para cima de nossa interlocutora. O CAPS e os profissionais médicos e o conselho tutelar surgem num segundo plano, após a mobilização dos agentes comunitários, diretoria da creche e assistentes sociais do bairro.

Finalizo essa monografia com essas questões em aberto, pois minha intenção não se ateve a julgar qual lado ou argumento se mostra mais coerente, mas apenas explicitar as várias possibilidades de análise que o “caso Beth” pôde oferecer e contribuir para uma exposição atenta às multiplicidades marginais e periféricas.

Bibliografia

CABRAL, C. S. Gravidez na adolescência: negociações na família. In: Heilborn, M.L. et al. (Org.). *Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

_____. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. A Psicologia de 1850 a 1950. In: Michel Foucault. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a, pp. 133-151.

_____. Prefácio (Folie et Dérison). In: Michel Foucault. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b, pp. 152-161.

_____. A loucura, ausência da obra. In: Michel Foucault. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Organização de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006c, pp. 210-219.

_____. A loucura e a sociedade. In: Michel Foucault. *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Organização

de Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006d, pp. 259-267.

ROSA, Thaís Troncon. *Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano: a trajetória do 'Gonzaga' de favela a bairro de periferia*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.